

COMISSÃO TRIPARTITE PARITÁRIA PERMANENTE – CTPP

Ata da 28ª Reunião Ordinária

Abertura – Aos quatorze dias do mês de setembro, de dois mil e um, na Confederação Nacional do Comércio, na cidade do Rio de Janeiro, teve início a Vigésima Oitava Reunião Ordinária da Comissão Tripartite Paritária Permanente, sob a Coordenação do Sr. Juarez Correia de Barros Júnior e com a presença dos seguintes membros:

Representantes do Governo: Mario Bonciani, Ivone Corgosinho Baumecker, André Luiz Moraes Cardoso, Joseline Maria Campos Tenório Carneiro Leão, Roque Luiz Mion Puiatti, Luisa Tânia Elesbão Rodrigues, Geraldo Almir Arruda, Luiz Carlos Vasconcellos; **Representantes dos Empregadores:** Júlio Maito Filho, Albucacis de Castro Pereira, Leonardo Greco, Maria de Fátima Cantídio Mota, Ronald Caputo, Benedito Dario Ferraz, Magnus Ribas apostólico, Mauro Daffre, Clóvis Veloso de Queiroz Neto; **Representantes dos Trabalhadores:** Domingos Lino, Guilherme Pedro Neto, Arnaldo Gonçalves, Valdete Lopes Ferreira; **Convidados:** Almir Augusto Chaves, Mara Lúcia Malta Ferreira, Álvaro Cruz Azevedo, Zuher Handar e Rita Evaristo.

Aprovação da Ata da 27ª Reunião Ordinária da CTPP - O Coordenador, Juarez Correia de Barros Júnior, submeteu aos demais a ata da reunião anterior, que foi considerada aprovada. Em seguida, o Sr. Domingos Lino apresentou aos presentes a Sra. Rita Evaristo, membro da Executiva Nacional da CUT, comunicando que a mesma acompanharia a reunião, como ouvinte. O Sr. Magnus Ribas Apostólico solicitou ao Sr. Ronald Caputo que representasse a Bancada Patronal em seu lugar, por não ter estado presente à reunião de bancada dos empregadores. Seguindo para a pauta, o Coordenador teceu comentários sobre o novo formato da pauta das reuniões, considerando-o uma tentativa de dar maior velocidade às reuniões. **Bloco I – Normas Regulamentadoras:** Referindo-se à Norma Regulamentadora n.º 04, o Sr. Mário Bonciani informou que a referida norma estava apresentada em Nota Técnica distribuída aos membros da CTPP, contudo, não constando desta os itens referentes à: credenciamento do SESMT pelo Ministério do Trabalho e Emprego; Comissão Tripartite Nacional; e Comissões Regionais. O Sr. Albucacis de Castro Pereira observou que a questão do credenciamento do SESMT, citada pelo Sr. Mário Bonciani deveria ser melhor especificada e definida de forma tripartite. O Sr. Domingos Lino concordou com a intervenção e recomendou o acompanhamento das atividades relacionadas ao referido credenciamento. Sobre a Norma Regulamentadora n.º 05, a Sra. Joseline Maria Campos Tenório Carneiro Leão relatou nota técnica propondo a alteração dos itens 5.32.2, 5.33 e 5.34. O Sr. Domingos Lino comentou que as alterações acarretavam uma mudança no conjunto da norma, de forma generalizada. Lembrou que fora discutida a possibilidade de cursos à distância. A Sra. Joseline mencionou que não houvera consenso a esse respeito, por isso, o tema não constava da nota técnica apresentada. O Sr. Domingos Lino, em nome de sua Bancada, registrou posição contrária à proposta apresentada, solicitando novo momento de discussão sobre o assunto, considerando temerária a proposta de treinamento à distância. O Sr. André Luiz Moraes Cardoso concordou com a observação feita, sugerindo que a discussão sobre o tema fosse priorizada pelo Grupo de Trabalho constituído para debater sobre a CIPA. O Sr. Magnus Ribas Apostólico observou que o treinamento à distância, uma vez aprovado,

45 seria objeto de acompanhamento por parte do Ministério do Trabalho e Emprego e lembrou, ainda, alguns cursos à distância disponíveis no mercado e bastante exitosos. O Sr. Mario Bonciani observou que a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego dispunha sobre cursos presenciais e manifestou sua preocupação em relação à

50 qualidade dos cursos. A Sra. Rita Evaristo comentou que a preocupação da Bancada dos Trabalhadores sobre os cursos à distância estava pautada na ausência de metodologia específica para a realização dos mesmos. Após as discussões, todos concordaram que o tema necessita de discussão técnica mais aprofundada. Passando a expor sobre a Norma Regulamentadora n.º 06, a Sra. Mara Lúcia Malta Ferreira

55 cientificou os demais sobre o novo texto da norma, anunciando que ficara pendente, apenas, a discussão sobre a Lista de EPIs e destacando que o texto sofrera restrição por parte do Ministério do Trabalho e Emprego no que se refere à “cadeira suspensa”. O Sr. Mauro Daffre observou que a Norma Regulamentadora n.º 06 trata da proteção de trabalhadores e da proteção dos empresários, que são os consumidores de EPIs, além da plena aceitação da indústria fabricante. Lembrou, ainda, que ficara acordado

60 que não seria retirado nenhum produto da Lista de EPIs e que a inclusão de um novo produto seria submetida à Grupo Tripartite específico. O Sr. Ronald Caputo indagou sobre a autonomia de cada Grupo de Trabalho Tripartite, observando que o consenso em cada grupo, poderia ter posição diferenciada em relação a um tema comum. O Sr. Mário Bonciani considerou aprovada a Norma apresentada, solicitando que a discussão

65 sobre a questão da “cadeira suspensa” fosse tratada em outro momento. O Sr. Domingos Lino comentou que a Bancada dos Trabalhadores apresentara vetos, não só com relação à referida “cadeira suspensa”, mas, sobre outros EPIs. Concordou com a colocação do Dr. Mário Bonciani, de que a Norma deveria ser aprovada, mas, solicitou que a “cadeira suspensa” e os “cremes de proteção” não constassem da lista de EPIs.

70 Após discussões, decidiram aprovar a norma na forma apresentada, excluindo a “cadeira suspensa” da lista de EPIs. Com relação à Norma Regulamentadora n.º 10, a Sra. Ivone Corgosinho Baumecker informou que a Bancada dos Empregadores aceitara proceder à revisão integral do texto da referida norma. Informou ainda, que a primeira versão do texto, apresentada pelo Grupo de Trabalho, não fora satisfatória, portanto,

75 estava sendo analisada. O Sr. Roque Luiz Muion Puiatti informou que o Grupo de Trabalho da Norma Regulamentadora n.º 16, informando que o Grupo de Trabalho, em sua reunião de maio/2001, deliberara pela constituição de subgrupo técnico, destinado a elaborar “Medidas Adicionais de Proteção no Abastecimento de Aeronaves”. Comunicou que as normas haviam sido consensuadas e aprovadas pelo GTT da NR-

80 16, estando pendente apenas a manifestação da Bancada dos Trabalhadores no que se refere à questão da matriz. O Sr. Almir Augusto Chaves acrescentou que fora agendada reunião para deliberar sobre as questões pendentes, contudo, não houvera comparecimento de representantes da Bancada dos Trabalhadores, prejudicando assim, o andamento da reunião. O Sr. Domingos Lino solicitou prorrogação do prazo

85 em quarenta e cinco dias para manifestação e posicionamento da Bancada dos Trabalhadores. Sobre a Norma Regulamentadora Rural, o Sr. Almir Augusto Chaves informou que as normas estavam disponíveis para consulta pública, até o dia vinte de setembro de dois mil e um. O Sr. Juarez Correia de Barros Júnior informou sobre a instalação da Comissão Nacional da Agricultura, a qual teria sua primeira reunião em

90 dezessete de outubro de dois mil e um, tendo a pauta referente a 1) elaboração do regimento interno e 2) Convenção 184 da OIT. Referindo-se à Norma Regulamentadora

nº 30, o Sr. Almir Augusto Chaves comunicou que esta encontra-se disponível para consulta pública, contudo, frente ao exíguo recebimento de sugestões, o Ministério do Trabalho e Emprego está mobilizando a sociedade com vistas a uma participação mais efetiva. O Sr. Juarez Correia Barros Júnior solicitou às Bancadas que fizessem o mesmo em relação aos setores envolvidos com o tema. **ITEM 02 – CORREÇÃO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS 08 E 23** – Não havendo manifestação em contrário por nenhuma das bancadas, nas alterações foram aprovadas. **ITEM 03 – MODIFICAÇÃO DO TEXTO DA NR-18** - O Coordenador Juarez Correia Barros Júnior considerou aprovado o objeto da Nota Técnica “andaimes e plataformas”. Na oportunidade, o Coordenador comunicou que o Ministério do Trabalho e Emprego tinha disponibilidade operacional para assumir discussões de novas normas regulamentadoras, solicitando que as bancadas se manifestassem sobre aquelas que julgassem prioritárias. O Sr. Domingos Lino sugeriu que fosse discutido o tema “espaços confinados”. O Sr. Ronald Caputo propôs o tema “ato inseguro” e, também, a Norma Regulamentadora n.º 15. Decidiram deliberar sobre o assunto após o almoço. A palavra foi dada ao Sr. Zuher Handar, para informar sobre o Congresso Internacional de Saúde Ocupacional, intitulado “O Desafio da Eqüidade em Saúde Ocupacional”, a ser realizado em Foz do Iguaçu, no ano de dois mil e três. Os membros da CTPP manifestaram apoio à realização do evento. Os trabalhos foram encerrados para almoço. Ao retorno do almoço, foram propostas como temas a serem incluídos na pauta de apreciação da CTPP as normas regulamentadoras referentes a Espaços Confinados, Área Hospitalar e Ato Inseguro, pelas bancadas patronal e de trabalhadores, respectivamente. Após as discussões e tendo em vista a ausência de representantes da bancada dos trabalhadores, decidiram adiar a decisão para a reunião seguinte. **ITEM 04 – VISITAS TÉCNICAS** - A Sra. Ivone Corgosinho Baumecker cientificou os membros da CTPP sobre a grande divulgação, na mídia especializada, com relação às visitas realizadas, informando que as visitas às áreas de mineração e madeireira seriam realizadas ainda no mês de setembro. Na oportunidade, o Dr. Juarez Correia Barros Júnior informou sobre a realização da II Campanha da Região Centro Oeste, na área agropecuária. O Sr. Guilherme Pedro Neto declarou que a referida Campanha repercutira favoravelmente junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e às demais federações, principalmente, no que se refere à questão do agrotóxico. Disse haver grande expectativa com relação ao lançamento da Campanha na Região Nordeste e solicitou que fosse incluída na pauta da CTPP discussão sobre questões referentes ao transporte e alojamento de trabalhadores rurais. **ITEM 05 – CONFERÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO** – O Sr. Juarez Correia de Barros Júnior apresentou o relatório da referida Conferência e informou que estava sendo levada à pauta da CPN Rural a proposta de ratificação da Convenção da OIT. **ITEM 06 – ENCONTRO NACIONAL DAS EXPERIÊNCIAS TRIPARTITES** – A Sra. Ivone Corgosinho Baumacker disse que haviam sido confeccionados dois produtos: fita do encontro, contendo a degravação das falas e livro-resumo do encontro. Além disso, informou que estava em fase de elaboração uma Instrução Normativa, com vistas a transformar a negociação coletiva em ferramenta própria da Auditoria Fiscal do Trabalho. O Sr. Domingo Lindo considerou o Encontro proveitoso, sugerindo a sua realização periódica, entre seis meses e um ano e também, próxima à realização de planejamento do DSST. O Sr. Juarez disse que estava sendo estudada a possibilidade de evento semelhante para o ano de dois mil e dois. O Sr.

140 Ronald Caputo informou sobre a realização, no dia quatro de outubro de dois mil e um, na cidade de Joinville, da I Convenção das Comissões de Conciliações Prévias, considerando o evento importante para subsidiar os trabalhos da CTPP. Acrescentou que no dia vinte e um de setembro seria realizado o Seminário sobre Ato Inseguro.

145 **ITEM 07 – PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR** - O Sr. André Luiz Moraes Cardoso informou que a proposta de alteração na legislação do PAT estava em fase de conclusão e seria encaminhada para uma análise jurídica e que estava sendo proposta, através de portaria ministerial, a estrutura de fiscalização do Programa. Concluindo, informou sobre a reestruturação e capacitação das DRT no que se refere ao Programa de Alimentação do Trabalhador, atendendo demanda da CONTAG. O Sr. Domingos Lino sugeriu que fosse incluído na capacitação curso de CIPA.

150 **ITEM 08 – Programa Nacional de Qualidade e Produtividade** – O Dr. Juarez Correia de Barros Júnior relatou que, diante de pleito da Secretaria Executiva do Ministério da Indústria e do Comércio, solicitando revisão das metas do PBQP, haviam sido realizadas três reuniões. Informou ainda que o pleito fora contestado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que mantivera seu posicionamento sobre as metas do Programas. Em seguida, o Sr. Álvaro Cruz Monteiro, representante do INMETRO na Coordenação Executiva do PBQP, informou sobre a criação da OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, uma ONG que passará a conduzir a Coordenação Executiva do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade. O Sr. Domingos Lino distribuiu aos presentes, a ata da Reunião do Projeto 05 do PBQP, quando fora aprovada a proposta de um projeto de gestão, segurança e saúde no local de trabalho.

155 **ITEM 09 – ASSUNTOS GERAIS** – **1)** Diante de argumentação do Sr. Magnus Ribas Apostólico, no que se refere à norma prioritária a ser foco de discussão da CTPP, o Sr. Domingos Lino solicitou prazo de quinze dias para consultar sua bancada sobre o tema. Além disso, propusera como normas a serem revisadas, as NR-15 e NR-20. **2)** O Sr. Juarez Correia de Barros Júnior apresentou o memorando circular referente à fiscalização das normas regulamentadoras em decorrência da política de economia de energia, com vistas a área de fiscalização. **3) Alteração da Portaria nº 06 para Portaria nº 20** - O Dr. Juarez Correia de Barros Júnior explicou que a alteração referia-se às questões da colheita de algodão e de estabulos e cavalariças. **Encerramento** - Nada mais havendo

160 a tratar e esgotada a pauta, a reunião foi encerrada.

170